

O universo feminino de Carolina de Jesus

Renata Jesus da Costa¹

Resumo: A presente comunicação visa a analisar o universo feminino da escritora mineira Carolina Maria de Jesus, utilizando como fonte de pesquisa a obra literária *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, publicado em 1960. Esse estudo procura valorizar um aspecto dessa obra, até então pouco explorado pelas pesquisas acadêmicas referentes à autora. Enquanto alguns pesquisadores, como Levine e Meihy, por exemplo, preocuparam-se em abordar nas narrativas de Carolina a “voz dos excluídos”, outros se propuseram a discutir a relevância literária de suas obras. Para esse trabalho, a atenção em relação ao referido livro da autora debruça-se sobre a tentativa de perceber suas ações como sujeito feminino frente aos problemas sociais e culturais que caracterizaram sua época, propondo como eixo temático, o casamento.

Palavras chaves: História – Literatura- Casamento

Abstract: The present communication aims to analyze the feminine universe of the writer Carolina Maria de Jesus, using like fountain of research the book *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, published in 1960. This study tries to value an aspect of this work little explored by the academic research by the author. Some investigators like Levine and Meihy, for example, were preoccupied in studding in Carolina’s narratives the “voice of the excluded”, others were proposed to discuss the literary relevance of his works. In this work we’ll talk about the actions of the writer as feminine subject in front of to the social and cultural problems in your society; we’ll use to by thematic axle the marriage.

Words keys: History- Literature – Marriage.

A obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* foi escrito por Carolina Maria de Jesus, neta de escravos, que nasceu em 14 de março de 1914, em Sacramento, estado de Minas Gerais, cidade onde viveu sua infância e adolescência. Toda educação escolar de Carolina resume-se há apenas dois anos em que frequentou o Colégio Allan Kardec, de Sacramento, instituição financiada por Maria Leite Monteiro de Barros, para quem a mãe de Carolina lavava roupas e que se dispôs a contribuir para a educação da menina.

Foi o jovem jornalista Audálio Dantas, que na época da publicação do livro de Carolina destacou-se pela prática do jornalismo-denúncia, quem “descobriu” os escritos da autora, em 1958, o que contribuiu para a notabilidade da carreira do próprio Dantas. Há que se dizer que as aparições da escritora em jornais remontam a 1941, na *Folha da Manhã*. No entanto, o reconhecimento nacional e internacional ocorreu depois do contato com o

¹ Mestre pela PUC-SP Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em abril de 2008. Este texto é um resumo de parte de um dos capítulos da minha dissertação de mestrado (COSTA, 2008).

jornalista, que inicialmente fez publicações dos textos de Maria Carolina também em jornais onde ele trabalhava, mas o sucesso da escritora aconteceu realmente com *Quarto de despejo*. O encontro dos dois ocorreu quando Dantas visitou a favela, onde Carolina morava, com o objetivo de fazer uma reportagem sobre os favelados. Ele achou curioso ver Carolina gritando com alguns homens, que brincavam em um parquinho recém-inaugurado, dizendo que iria colocar os nomes deles em seu diário (LEVINE e MEIHY, 1994).

Nas últimas décadas, os trabalhos de Carolina, assim como a vida da autora como um todo, têm alcançado visibilidade acadêmica, nos mais variados campos de pesquisa, após um período notável de esquecimento.

É sobre esse silêncio em relação às obras de Carolina, em especial sobre *Quarto de despejo...*, que José Carlos Sebe Bom Meihy tem desenvolvido seus estudos desde a publicação de *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*, em 1994, em parceria com o norte-americano Robert M. Levine.

Segundo Meihy (1998), a entrada de Carolina no cenário nacional ocorreu em um momento estratégico, no qual a condição de vida da autora, narrada de forma tão intensa em seu diário, representava uma enorme discrepância em relação aos ideais de modernização e democratização vigentes no país naquele momento. Nesse sentido, trazer à tona modos de vida como os descritos em seu diário era confirmar a inviabilidade dos projetos de desenvolvimento do país.

O presente texto procura dar ênfase à experiência de vida de Carolina, como mulher negra, chefe de família, mãe solteira de três filhos, catadora de lixo, semi-analfabeta e moradora da favela Canindé, uma das primeiras grandes favelas de São Paulo, onde hoje fica o campo da Portuguesa de Desportos.

Carolina Maria de Jesus não foi uma feminista militante, embora em sua obra haja algo nas entrelinhas.

De manhã eu estou sempre nervosa. Com medo de não arranjar dinheiro para comprar o que comer. Mas hoje é segunda-feira e tem muito papel na rua. (...) O senhor Manuel apareceu dizendo que quer casar-se comigo. Mas eu não quero porque já estou na maturidade. E depois, um homem não há de gostar de uma mulher que não pode passar sem ler. E que levanta para escrever. E que deita com lápis e papel debaixo do travesseiro. Por isso é que eu prefiro viver só para o meu ideal (JESUS, 2006:44).

Fica claro pela primeira parte da citação que a principal preocupação de Carolina era a alimentação. Ela era só, sem emprego fixo e com três filhos, um de cada pai, para criar. Comer, para ela e sua família, dependia de encontrar papéis na rua, ou qualquer outra coisa

que pudesse ser trocada por dinheiro. Na falta do que vender, o jeito era apelar para os restos de comidas encontrados no lixo. Assim, o que era entulho e resto para muitos, era também a garantia de sobrevivência para outros.

Carolina era conhecedora de que eram poucos aqueles que, no início da segunda metade do século XX, compreendiam os seus desejos de ler e escrever, uma vez que a sociedade de sua época reprovava tal comportamento. Os homens ainda reivindicavam para si, e somente para si, o direito de produzir o que “eles realmente” classificavam como literatura, na qual as mulheres apareciam apenas como objeto. Nessas narrativas eles atribuíam a elas personalidades e comportamentos que fantasiavam a seu bel prazer. Mesmo tendo consciência de que muitas mulheres já haviam adentrado no universo da escrita desde séculos passados, muitos de seus escritos ainda eram considerados como obras “menores”. Segundo críticos homens, esses escritos eram carregados de expressões íntimas que refletiam os “sentimentos e imagens femininas do mundo” diferente das produzidas por eles que visavam “objetivar e universalizar a visão de mundo” (PIZA, 1998:142).

No entanto, a riqueza da composição feminina está justamente em sua pretensão de singularidade. Na verdade, a narrativa feminista inova no sentido de permitir ao sujeito feminino escrever sobre si mesmo.

A citação seguinte revela a consciência de Carolina em relação à invisibilidade feminina: “Quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil porque eu lia a História do Brasil e ficava sabendo que existia guerra. Só lia os nomes masculinos como defensor da pátria” (JESUS, 2006:48). Ela sabia que o caminho que escolhera era árduo, pois não conhecia registros de mulheres travando lutas e, conseqüentemente, escrevendo seus nomes na História. Aparentemente, todos os fatos estavam relacionados ao universo masculino. Nesse sentido, suas reflexões e percepções em relação à ausência feminina da História, infelizmente, apesar de todas as conquistas, são atuais. A luta pela inserção da mulher na História ainda é uma questão em debate.

Quanto ao fato de ser sozinha, Carolina não se queixava e não via problema nisso. É possível encontrar em várias passagens de seu diário, a afirmação de sua preferência por viver só a se prestar ao mesmo papel das outras mulheres, que residiam na favela, que saíam para trabalhar, enquanto seus maridos permaneciam em casa, alguns ainda se achando no direito de espancá-las. Mesmo sendo casadas, suas vizinhas da favela eram as responsáveis pelo sustento do lar. É significativo considerar que, enquanto muitas mulheres a recriminavam por ela não ter marido, ela também possuía uma opinião formada a respeito daquelas que eram casadas e, de acordo com sua opinião, encontravam-se em uma situação tão ou mais precária

do que a sua: “As mulheres que eu vejo passar vão nas igrejas buscar pães para os filhos. Que o Frei Luiz lhes dá, enquanto os esposos permanecem debaixo das cobertas. Uns porque não encontraram emprego. Outros porque estão doentes. Outros porque embriagam-se” (JESUS, 2006: 34). Carolina questiona se há realmente uma vantagem em ter um homem dentro de casa que não colabora com nada, ao contrário, é uma boca a mais para ser alimentada por caridade da Igreja.

Carolina alega que mesmo sem pai, conseguiu sustentar os filhos

(...) meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los. E elas, tem que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsa vienenses. Enquanto os esposos quebra as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas. Não casei e não estou descontente. Os que preferiu me eram soezes e as condições que eles me impunham eram horríveis (JESUS, 2006:14).

A fala de Carolina, na citação acima, sugere uma grande proximidade com as conclusões de Bernardo (2003) que apontam para o fato de que para a mulher negra a matrifocalidade é vista a partir de uma perspectiva diferente da mulher branca. De modo que, para as primeiras, não é um sacrifício garantir a sobrevivência dos filhos como é para as últimas (BERNARDO, 2003:44). Entretanto é preciso considerar também que nem todas as mulheres negras que regem lares matrifocais vivem essa situação por escolha própria. Muitas são na verdade obrigadas a optar por este tipo de organização familiar, por diversas razões que vão desde o abandono do lar pelos companheiros até o fato de eles, muitas vezes, nem mesmo as terem assumido como esposas.

Esse tipo de arranjo familiar para a mulher negra é muitas vezes visto como uma forma de preservar sua autonomia, como pôde ser percebido na fala de Carolina. A opção dela de não casar aliava-se ao desejo de manter o controle sobre a própria vida e de não precisar se subjugar aos homens como fazem as outras mulheres que moram na favela.

Estou residindo na favela. Mas se Deus me ajudar hei de mudar daqui. Espero que os políticos estingue as favelas. Há os que prevalecem do meio em que vive, demonstram valentia para intimidar os fracos. Há casa que tem cinco filhos e velha é quem anda o dia inteiro pedindo esmola. Há as mulheres que os esposos adoecem e elas no penado da enfermidade mantem o lar. Os esposos quando vê as esposas manter o lar, não saram nunca mais, (JESUS, 2006:18).

Aqui é importante ressaltar que, de modo geral, o modelo de família predominante no Brasil e no ocidente como um todo designa ao marido, pai, a função de chefe e,

consequentemente, a responsabilidade pela manutenção da sobrevivência da mulher e dos filhos. No entanto, é preciso ressaltar que entre as famílias pobres esse modelo que elege o homem como principal responsável pelo sustento familiar não se enquadra. Segundo Woortmann (1987), entre as famílias pobres, o chefe é aquele que sustenta os membros do grupo ou possui a propriedade da casa. E, mesmo que os menos favorecidos reconheçam a existência do padrão dominante, eles, a seu modo, criam seus próprios arranjos familiares com base na estrutura de vida de cada família (WOORTMANN, 1987: 65), de modo que Carolina, mesmo sendo só, conhecia o modelo predominante, por isso censurava o fato dos homens permanecerem em casa enquanto as mulheres, mães de filhos adultos trabalham duro para sustentá-los. No caso dos filhos é preciso considerar que, de acordo com Woortmann (1987), quando ainda são crianças o tipo de relação que estabelecem com as mães dá-se no sentido vertical, de modo que elas não esperam que eles contribuam com a renda durante a infância, mas que em um tempo futuro quando chegarem à maturidade, possam ajudá-las.

Quanto aos homens, a relação pode constituir-se no sentido horizontal, quando elas se encontram em uma situação de dependência em relação a eles ou na forma “toma lá dá cá”, com base no princípio de que poderão exercer certo poder sobre suas vidas ou do grupo familiar desde que também contribuam de algum modo com o subsídio doméstico (WOORTMANN, 1987:87-89).

De tal modo, a fala da escritora, ao criticar a postura dos maridos que ficam em casa enquanto suas mulheres trabalham ou mendigam por comida e mesmo assim ainda possuem autoridade sobre elas, vai ao encontro da idéia elaborada por Woortmann (1987), no segundo capítulo do livro *A família das mulheres* (1987) intitulado *O domínio doméstico: um terreiro onde o galo não canta*. Nesse texto, o autor apresenta os resultados de uma pesquisa realizada por ele em uma invasão na cidade de Salvador – Bahia, na qual ele constatou que nas famílias pobres os homens só possuem poder de chefia se são responsáveis ou contribuem com a renda familiar. As mulheres reelaboraram o significado do modelo de família dominante, no qual a figura do homem está relacionada à chefia e, portanto, ele é responsável pelo sustento da mulher e filhos; logo, se eles não podem cuidar da sobrevivência do grupo, não podem “cantar de galo”, ou seja, não possuem voz ativa.

Carolina, por ter esse mesmo pensamento em relação aos homens, quando algum aparecia oferecendo coisas em troca de sua companhia, ela sempre se esquivava,

(...) O senhor Manoel chegou. Deu-me 80 cruzeiros, eu não quis pegar. Procurei as crianças para tomar banho. Ficaram alegres quando viu o senhor Manuel. Eu disse para o Senhor Manoel que ia passar a noite escrevendo. Ele despediu-se e disse: -

Até outro dia! Nossos olhares se encontraram e eu disse: - Vê se não volta mais aqui. Eu já estou velha. Não quero homens. Quero só os meus filhos (JESUS, 2006:91).

Em outro momento, é seu vizinho quem lhe faz uma proposta,

(...) fiquei pensando num preto que é meu vizinho. O senhor Euclides. Ele disse:- Dona Carolina, eu gosto muito da senhora. A senhora quer escrever muitos livros? – Oh, se quero! – Mas a senhora não tem quem te dê nada. Precisa trabalhar. – Eu preciso trabalhar e escrevo nas horas vagas. – Eu vejo que a sua vida é muito sacrificada. – Eu já estou habituada. – Se a senhora quiser ficar comigo, eu peço esmolas e te sustento. É de dinheiro que as mulheres gostam. E dinheiro eu arranjo para você. Eu não tenho ninguém que gosta de mim... (JESUS, 2006: 152).

Ela não aceitou nenhuma das duas propostas. No primeiro caso, mesmo tendo o consentimento dos filhos, que se alegravam com a presença do senhor Manuel, ela não aceitou seu dinheiro e nem quis estar com ele. Na segunda proposta, o candidato a esposo de Carolina oferece a ela vida boa e a possibilidade de poder se dedicar à escrita de seus livros em troca de sua presença. No entanto, ela também não aceitou. Preferiu continuar como estava, apenas ela e seus filhos.

Na verdade, o arranjo familiar vivenciado por Carolina, pensado a partir da perspectiva de Teresinha Bernardo (1998), remonta à definição de família negra que surgiu com o Projeto de Lei do Ventre Livre que resumia os membros desta organização a mãe e filhos.

7°... Providências para manter a integridade da família, estabelecendo que, no caso de libertação das escravas, os filhos menores de oito anos acompanharão suas mães (art. 6§ 6º) e ampliando-se a disposição do art. 2º da Lei nº 1695 de 15 de setembro de 1869 a qualquer caso de alienação ou transmissão (art. 6º § 11). (GIACOMINI, 1983, p.15)²

Como os homens eram vistos pelo processo escravagista como principal força de trabalho, a possibilidade de conquistarem sua liberdade era menor do que a das mulheres. Da mesma forma, que elas tinham mais facilidade em conseguir emprego antes e depois do fim da abolição. De modo que, mesmo no período da industrialização, elas continuavam apresentando vantagens sobre eles. Além disso, elas contaram com oportunidades diversas de ingresso no mercado de trabalho informal como amas-de-leite, vendedoras, empregadas domésticas e outros (BERNARDO, 1998: 61-63). Estes fatores ampliavam a possibilidade de exercerem a função de chefe familiar, uma vez que tinham acesso mais fácil ao mercado de trabalho do que os homens.

² Apud BERNARDO, 1998: 61.

A liberdade que as mulheres negras já possuíam na África, em razão de serem, em muitas regiões, responsáveis pela venda de produtos em feiras e por colaboração na subsistência do lar, ganhou maior relevância com o modelo de organização familiar estabelecido por lei no Brasil durante a escravidão. Esse arranjo, por sua vez, firmou-se nas primeiras décadas do século XX, como afirma Bernardo (1998), e ainda perdura nos dias de hoje (BERNARDO, 1998:61).

Por meio do testemunho dado por dona Maria Puerta³, contemporânea e amiga de Carolina, é possível perceber que os moradores da favela estranhavam o fato de ela “apesar de decente, viver sozinha, pois, no Canindé, as famílias tinham pai e mãe”. Carolina não se importava com o que os outros pensavam sobre ela. Vivia de acordo com sua vontade. Nem por isso aqueles que viviam a sua volta deixavam de cobrar dela uma postura diferente em relação ao matrimônio. Em uma conversa com um senhor que a observava escrever cercada de crianças pode-se perceber isto: “- seu marido onde trabalha? – não tenho marido, e nem quero! Uma senhora que estava me olhando escrever despediu-se. Pensei: Talvez ela não tenha apreciado a minha resposta” (JESUS, 2006:20). Às vezes as represálias vêm dos próprios filhos. Como no dia em que ela foi buscar umas tábuas que havia ganhado e pretendia fazer um quartinho para escrever e guardar seus livros, como ela tinha muita dificuldade para ajeitar a madeira na carrocinha, que tinha tomado emprestada, seu filho José Carlos, o qual, vendo o sofrimento da mãe, diz: “porque é que a senhora não casou? Agora a senhora tinha um homem para ajudar” (JESUS, 2006:78).

Seus amores não foram poucos, tanto que cada filho é de um pai diferente, mas não se prendeu a nenhum dos amantes durante muito tempo. A idéia de casamento e família formada por pai e mãe presente no pensamento da sociedade não fazia parte do universo de Carolina. Ela e seus filhos eram uma família.

É oportuno registrar que os lares matrifocais não são exclusivos das mulheres negras, como bem afirma Maria Odila Dias (1995), uma vez que mulheres brancas, negras e índias sozinhas já eram uma constante na cidade de São Paulo no século XIX. A autora acrescenta ainda cidades como Rio de Janeiro, Salvador e o arraial de Vila Rica

É preciso considerar que, apesar de seu pouco tempo de estudo, Carolina conseguiu romper de maneira tímida as barreiras do analfabetismo por meio de leituras diárias. Era uma das poucas mulheres que sabiam ler e escrever na favela, por isso muitas vezes era

³ Testemunho pode ser encontrado em: LEVINE, R. e MEIRY, J. C.S. *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

responsável pela discussão com outros moradores a respeito de notícias de jornal lidas por ela, em especial sobre política.

Assim, pode-se constatar que o universo feminino de Carolina foi muito diferente do das outras escritoras contemporâneas a ela como Clarice Lispector, Cecília Meirelles e Raquel de Queiroz, para citar apenas alguns nomes. Apresentou disparidade até mesmo em relação às mulheres que como ela residiam na favela; não apenas pelo fato de ela ter escolhido viver só com os filhos e, aparentemente, ter conseguido proporcionar a eles uma vida melhor em comparação a das outras crianças que ali viviam. Acima de tudo por nunca ter se conformado, como ela mesma diz em várias passagens de seu diário, com o fato de ter que morar na favela. Foi por isso que ela nunca deixou de acreditar que escrever um livro a ajudaria a tirar os filhos daquele lugar. Carolina não desistiu, mesmo depois de ter tentado inúmeras vezes publicar seus escritos no Brasil, sem sucesso. Ela tentou também fazê-lo nos Estados Unidos, acreditando que lá seu trabalho seria reconhecido. Mas, como já foi dito anteriormente, o sonho só deixou de ser sonho quando ela conheceu Audálio Dantas. No entanto, é preciso lembrar que ela não abriu mão totalmente de sua autonomia, mesmo depois de tê-lo conhecido e de ter sido auxiliada por ele na publicação de algumas de suas obras. Foi tentando preservar sua liberdade que ela abriu mão da parceria com o jornalista, e tendo ou não tido sucesso, depois do arranjo desfeito, ela continuou dona de si.

BIBLIOGRAFIA

BERNARDO, Teresinha. **Negras, mulheres e mães**: lembranças de Olga de Alaketu. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

_____. Mulher negra: cidade escura. In: _____ **Memória em branco e negro**: olhares sobre São Paulo: EDUC, Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 45-76.

COSTA, Renata Jesus da. **Subjetividades femininas: mulheres negras sob o olhar de Carolina Maria de Jesus, Maria Conceição Evaristo e Paulina Chiziane**. 2008, 152 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder** : em São Paulo no século XIX. 2. ed.rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FERNANDEZ, Raffaella Andréa. **Carolina Maria de Jesus**: uma poética de resíduos. 2006, p. 134, Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Assis, 2006

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: Diário de uma favelada. 8.ed. São Paulo: Ática, 2006.

LEVINE, R. S. B e MEIHY, J. C. S. B. . **Cinderela Negra**: A Saga de Carolina Maria de Jesus. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. 232 p.

MEIHY, J. C. S. B. **Carolina Maria de Jesus**: emblema do silêncio. Revista da USP, São Paulo, v. 37, p. 82-91, 1998.

PIZA, Edith Silveira Pompeu. **O caminho da águas**: estereótipos de personagens negras por escritoras brancas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Com-Arte, 1998.

WOORTMANN, Klaas. O domínio doméstico: um terreiro onde o galo não canta. In: _____ **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro – Brasília: CNPq, 1987. p. 149- 222.